

Nota à 7. ^a edição	Págs. 7
Nota Prévia	9
Abreviaturas	11

PARTE PRIMEIRA

IDEIA GERAL DE DIREITO

TÍTULO I

ORDEM SOCIAL

§ 1. O homem e a sociedade	15
1.1. A natureza social do homem	15
1.2. A ordem social. Instituições sociais	16
1.2.1. Noção e função	16
1.2.2. Necessidade	17
§ 2. Ordens normativas	18
2.1. Preliminares	18
2.2. Ordem religiosa	19
2.3. Ordem moral	21
2.4. Ordem de trato social	28
2.5. Ordem jurídica	30

TÍTULO II

ORDEM JURÍDICA

CAPÍTULO I

DIREITOS SUBJECTIVOS

SECÇÃO I

PRIVADOS

§ 3. Noção	37
§ 4. Natureza	38

	Págs.
§ 5. Modalidades.....	46
5.1. Direito subjectivo em sentido estrito (ou propriamente dito)	46
5.2. Direito potestativo	46
§ 6. Classificação.....	49
§ 7. Direitos de direcção, poderes-deveres ou poderes-funcionais.....	53

SECÇÃO II PÚBLICOS

§ 8. Noção. Perspectiva histórica	55
§ 9. Natureza	57

CAPÍTULO II FIGURAS AFINS

§ 10. Meros interesses jurídicos	61
§ 11. Faculdades em sentido estrito	61
§ 12. Direitos reflexos	62
§ 13. Expectativas jurídicas	63

CAPÍTULO III FINS DO DIREITO

§ 14. A justiça.....	64
14.1. Considerações gerais.....	64
14.2. Elementos lógicos	66
14.3. Modalidades	69
14.4. Equidade	69
§ 15. Segurança jurídica	73
§ 16. Relação entre a justiça e a segurança jurídica	76

CAPÍTULO IV NAÇÃO, ESTADO E DIREITO

§ 17. Nação	83
§ 18. Estado.....	85
18.1. Noção, origem e estrutura	85
18.2. Funções.....	88

	Págs.
§ 23. Novas soluções	126
23.1. Neopositivismo	126
23.2. Jusnaturalismo contemporâneo	128
23.3. Doutrina da natureza das coisas	130
23.4. Outras soluções	132

PARTE SEGUNDA

ESTRUTURA DO DIREITO

TÍTULO I

NORMATIVIDADE JURÍDICA

CAPÍTULO I

NORMA JURÍDICA

§ 24. Noção. Estrutura	139
§ 25. Características	142
§ 26. Classificação	146
§ 27. Sanção	156
27.1. Noção	156
27.2. Classificação	158
§ 28. Proposições jurídicas incompletas	164

CAPÍTULO II

TUTELA

SECÇÃO I

TUTELA PÚBLICA

§ 29. Noção. Perspectiva histórica	165
§ 30. Modalidades	167
30.1. Tutela preventiva	167
30.2. Tutela repressiva. A coercibilidade	169
§ 31. O aparelho estatal	170
31.1. Os tribunais	170
31.1.1. Função. Princípios estruturantes	170
31.1.2. Organização judicial	172

31.2. A Administração Pública.....	Págs. 175
31.2.1. Garantias administrativas	175
31.2.2. Tutela jurisdicional.....	179
§ 32. Ministério Público	182
§ 33. Jurisdição e Administração	183

SECÇÃO II

TUTELA PRIVADA

§ 34. Noção. Modalidades.....	184
-------------------------------	-----

TÍTULO II

FONTES DO DIREITO

CAPÍTULO I

PERSPECTIVA POLÍTICO-CONSTITUCIONAL

§ 35. O problema das fontes do direito	189
§ 36. A teoria tradicional.....	190
36.1. Caracterização	190
36.2. Classificação das fontes do direito	191

CAPÍTULO II

FONTES VOLUNTÁRIAS

§ 37. A lei	192
37.1. Aspecto estático	192
37.1.1. Noção	192
37.1.2. Classificação	194
37.1.3. Hierarquia	196
37.1.4. Resolução de conflitos	199
37.1.5. Desvalores do acto legislativo	200
37.2. Aspecto dinâmico.....	201
37.2.1. Publicação	201
37.2.2. <i>Vacatio legis</i>	203

	Págs.
37.2.3. Rectificações	204
37.2.4. Cessação da vigência	205
§ 38. Normas corporativas	207
§ 39. Jurisprudência	208
§ 40. Doutrina	210

CAPÍTULO III FONTES NÃO VOLUNTÁRIAS

§ 41. O costume	213
41.1. Noção e elementos	213
41.2. Importância. Perspectiva histórica	215
41.3. Fundamento da obrigatoriedade	218
41.4. Relação costume — lei	220
41.5. O costume no Direito Português	221
41.6. O uso	223
§ 42. Os princípios fundamentais do direito	224
42.1. Caracterização e importância	224
42.2. Posição do Direito Português	227

TÍTULO III SISTEMATICIDADE DO DIREITO

CAPÍTULO I SISTEMA JURÍDICO

§ 43. Noção e estrutura	231
§ 44. Ramos do direito	236
44.1. Direito público e direito privado	236
44.2. Direito público	240
44.2.1. Direito Internacional Público	240
44.2.2. Direito Constitucional	245
44.2.3. Direito Administrativo	247
44.2.4. Direito Penal	251
44.2.5. Direito Processual	257

	Págs.
44.3. Direito privado	262
44.3.1. Direito Civil	262
44.3.2. Direito Comercial	264
44.3.3. Direito do Trabalho	265
44.3.4. Direito Internacional Privado	266
§ 45. Direito Canónico	267

CAPÍTULO II CODIFICAÇÃO

§ 46. Código: noção e caracterização	269
§ 47. Antecedentes e figuras próximas	270
§ 48. Causas da codificação. Apreciação crítica	274
§ 49. Particular referência a alguns códigos	276
49.1. Constituição	276
49.2. Código Civil	281
49.3. Código Comercial	284
49.4. Código Penal	286
49.5. Código de Processo Civil	288
49.6. Código de Processo Penal	291

PARTE TERCEIRA METODOLOGIA

TÍTULO I CIÊNCIA E METODOLOGIA

§ 50. Ciência do Direito	297
§ 51. Metodologia Jurídica	300

TÍTULO II ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

§ 52. Pensamento jurídico romano	301
§ 53. Pensamento jurídico medieval	304
§ 54. Pensamento jurídico moderno	309

	Págs.
§ 55. Escola da Exegese. Remissão (§§ 22.2.2.1. e 22.3.).....	312
§ 56. Jurisprudência dos Conceitos. Remissão (§§ 22.2.2.2. e 22.3.)	312
§ 57. Escola do Direito Livre.....	312
§ 58. Jurisprudência dos Interesses	315
§ 59. Pensamento jurídico contemporâneo	320

TÍTULO III TÉCNICA JURÍDICA

CAPÍTULO I CONCEPÇÃO TRADICIONAL

SECÇÃO I INTERPRETAÇÃO

§ 60. Noção. Necessidade	325
§ 61. Modalidades	326
61.1. Interpretação autêntica	326
61.2. Interpretação doutrinal	328
§ 62. Objectivo	330
62.1. Teoria subjectivista	330
62.2. Teoria objectivista	332
62.3. Teoria mista (gradualista ou de síntese)	335
§ 63. Elementos da interpretação (factores hermenêuticos).....	336
63.1. Preliminares	336
63.2. Elemento literal	337
63.3. Elementos lógicos	339
63.3.1. Elemento histórico.....	339
63.3.2. Elemento sistemático.....	340
63.3.3. Elemento racional (ou teleológico).....	341
§ 64. Resultados da interpretação	342
64.1. Preliminares	342
64.2. Interpretação declarativa	342

	Págs.
64.3. Interpretação extensiva	343
64.4. Interpretação restritiva	345
64.5. Interpretação ab-rogante	347
64.6. Interpretação enunciativa	348

SECÇÃO II

INTEGRAÇÃO

§ 65. Lacuna.....	349
65.1. Noção. Determinação	349
65.2. Espécies	350
65.3. Justificação. O dogma da plenitude do ordenamento jurídico...	352
§ 66. Integração.....	354
66.1. Noção. Necessidade.....	354
66.2. Processos intra-sistemáticos.....	355
66.2.1. A analogia.....	355
66.2.1.1. Noção. Estrutura.....	355
66.2.1.2. Natureza. Fundamento.....	357
66.2.1.3. Espécies	358
66.2.1.4. Limites	359
66.2.2. A criação de uma norma <i>ad hoc</i>	361
66.3. Processos extra-sistemáticos.....	364
66.3.1. Normativos	364
66.3.2. Discrecionários	365
66.3.3. Equitativos	366

CAPÍTULO II

NOVA PERSPECTIVA METODOLÓGICA

§ 67. A crise da concepção tradicional.....	367
§ 68. O desenvolvimento do direito.....	370
68.1. A concreta realização do direito. Perspectiva metodológica...	370

	Págs.
68.2. Novos resultados	373
68.2.1. Interpretação correctiva	373
68.2.2. Extensão teleológica	374
68.2.3. Redução teleológica	374
TÍTULO IV	
APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO	
§ 69. O problema	377
69.1. Caracterização	377
69.2. Alguns exemplos	377
69.3. Perspectiva histórica	379
§ 70. A solução	379
70.1. O direito transitório	379
70.2. Critério geral: o princípio da não retroactividade da lei	381
70.2.1. Caracterização. Graus de retroactividade	381
70.2.2. Fundamentação	382
70.2.2.1. A doutrina dos direitos adquiridos	382
70.2.2.2. A doutrina do facto passado	383
70.2.2.3. A doutrina das situações jurídicas objectivas e subjectivas	385
70.2.2.4. A doutrina das situações jurídicas de execução duradoura e de execução instantânea	385
70.2.3. Consagração constitucional	386
70.3. Critérios especiais	387
70.4. Posição do Código Civil português	388
70.4.1. Princípio geral	388
70.4.2. Prazos	389
70.4.3. Particular referência aos estatutos	391
§ 71. Lei interpretativa	392
71.1. Noção. Requisitos	392
71.2. Retroactividade	392
§ 72. Lei confirmativa	395

